



CÂMARA MUNICIPAL **MACAÚBAS**

Estado da Bahia

Rua Arthur Antônio Costa, 48 – Centro – CEP: 46.500-000 – Macaúbas/BA.
PABX: (77)3473-1102 – E-mail: camaramacaubas@hotmail.com

ATA DA QUARTA (4ª) SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO (2º) PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM (2021), DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO DA BAHIA, realizada no Salão de Auditório Francisco Rodrigues da Silva, aos vinte e dois dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e um (22/07/2021), às oito horas e dez minutos (08h10min) sob a Presidência do Vereador ROBERTO CARLOS ROCHA, Secretariado pelos Edis: ROBERTO OLIVEIRA SOUSA (Primeiro Secretário) e WILLIAN SILVA SOUZA (Segundo Secretário), em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa de Leis, estando presentes os seguintes vereadores: JOSÉ DOS ANJOS SANTOS, JURANDI COSTA SILVA, JURANDI DE SOUSA AMARAL, MARCELO ANTÔNIO NOGUEIRA COSTA, MARCIEL COSTA SOUZA, RICARDO AZEVEDO LONGA, RICARDO LUCIANO FIGUEIREDO COSTA, ROBERTO CARLOS ROCHA, ROBERTO CLÉBER OLIVEIRA RÊGO, ROBERTO OLIVEIRA SOUSA, ROSENILTON DEFENSOR ARAÚJO, WILLIAN SILVA SOUZA, VALMIR CONCEIÇÃO DOS SANTOS e WALDOMIRO SOBRINHO MOIA. Com a ausência justificada da Vereadora MÁRCIA DA SILVA BENDA. Dando início ao PEQUENO EXPEDIENTE, havendo número legal, o Presidente declarou aberta a presente Sessão cumprimentando as pessoas presentes, internautas e ouvintes da FM 103,9. Solicitou a todos que ficassem de pé para a realização da oração praxe (Pai-Nosso). Após a oração, autorizou a Secretária, Edileide Oliveira Rêgo, a realizar a leitura das proposições que constaram do seguinte: INDICAÇÃO Nº 86/2021 DE 20 DE JULHO DE 2021, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, oriundo do vereador Roberto Carlos Rocha, solicitando que seja feito o calçamento da Rua das Antério Dias da Rocha (antiga Rua das Flores) no Distrito de Canatiba neste município de Macaúbas – Bahia; INDICAÇÃO Nº 87/2021 DE 20 DE JULHO DE 2021, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Macaúbas Bahia, Roberto Carlos Rocha, de autoria do Vereador, Willian Silva Souza, propondo ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, que seja feita a reposição e reparo da iluminação pública no Loteamento Vitória nesta cidade de Macaúbas – Bahia; INDICAÇÃO Nº 88/2021 DE 20 DE JULHO DE 2021, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Macaúbas Bahia, Roberto Carlos Rocha, oriundo do Vereador, Jurandi Costa Silva, propondo ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, que seja feita uma obra de urbanização da praça de Covas do Seixas neste Município de Macaúbas – Bahia; INDICAÇÃO Nº 89/2021 DE 20 DE JULHO DE 2021, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Macaúbas Bahia, Roberto Carlos Rocha, de autoria do Vereador, Jurandi Costa Silva, propondo ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, que seja feita construção de uma ponte ou manilhamento na estrada que liga a Comunidade de Catolés I a Catolés II, estrada do Xavier, neste Município de Macaúbas – Bahia; PARECER Nº 19/2021 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL sobre o Projeto de Lei do Legislativo de nº 130/2021 de 18/05/2021. Assunto: Analisa a legalidade do

Projeto de Lei nº 130/2021 de 18 de maio de 2021, onde a Comissão manifestou-se desfavorável à sua aprovação; PARECER Nº 20/2021 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL sobre o Projeto de Lei do Legislativo de nº 131/2021 de 25/05/2021 no qual dispõe sobre o reconhecimento de atividade física como essencial para a população do município de Macaúbas, em estabelecimentos prestadores de Serviços destinados a essa finalidade, bem como de espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas, onde a Comissão manifestou-se desfavorável a aprovação do presente Projeto de Lei do Legislativo nº 131/2021 de 25 de maio de 2021. Voltando a palavra ao Presidente da Mesa, o mesmo esclareceu aos edis que os Projetos do Legislativo de nº 130/2021 e nº 131/2021 foram rejeitados pelas comissões e serão arquivados conforme foi lido os pareceres. Prosseguindo com o **PEQUENO EXPEDIENTE** o **Presidente Roberto Carlos Rocha (Carlinhos de Antério)** passou a palavra ao **Primeiro Secretário Roberto Oliveira Sousa (Roberto de Zé de Enedina)** para coordenar os trabalhos, onde o mesmo deixou seus cumprimentos aos presentes, ouvintes da 103,9 e internautas e passou à palavra aos Senhores Vereadores pelo tempo regimental de 03 (três) minutos. Dando início à sua fala o vereador **WILLIAN SILVA SOUSA** deixou seus cumprimentos aos presentes e ouvintes através dos diversos meios de comunicação. Após, explanou sobre a indicação de sua autoria apresentada na presente sessão referente a iluminação pública, onde já estamos há oito meses de gestão e a cidade continua nas escuras sem nenhum pronunciamento do Gestor maior, sobre a resolução desse problema, deixando sua cobrança não apenas para o Bairro Loteamento Vitória e sim em todo o município de Macaúbas que está a bastante tempo faltando essa iluminação, não sendo apenas um problema da atual gestão, mas também de gestões anteriores. Com a palavra o Vereador **MARCIEL COSTA SOUZA** que deu início saudando todos os presentes e ouvintes. Deixou seu pesar à família de Nem de Raul pelo seu falecimento como também à família do Senhor Claudomiro, o eterno Papai Noel, este que contribuiu muito com a alegria das crianças e dos mais carentes do nosso município. Em seguida, falou sobre o Decreto do Executivo que foi publicado concedendo um aumento de quase trinta por cento (30%) na tarifa de água, dizendo ser um absurdo diante de uma situação em que estamos vivendo, esclarecendo que vem recebendo ligações do povo cobrando dos vereadores uma atitude com relação ao assunto. Ressaltou que o Decreto está falando que é pelo motivo do último reajuste ter sido no ano de 2016, perguntando o porquê de até o ano de 2020 está normal e a partir de 2021 detonou, sendo que a inflação anual chegou a 3,71% e depara com quase trinta por cento na tarifa de água, se não bastasse a taxa de manutenção de serviços no valor de: dois reais e cinquenta centavos (R\$ 2,50), taxa de ligação no valor de: cinquenta e oito reais (R\$ 58,00) ligação de esgoto que ainda não está em vigor: noventa reais (R\$ 90,00), religação no valor de: cinquenta reais (R\$ 50,00), para desligar: trinta e sete reais (R\$ 37,00), aferição de hidrômetro: trinta e oito reais (R\$ 38,00), taxa de expediente: quatro reais (R\$ 4,00), transferência de nome: quatro reais (R\$ 4,00), alteração de distribuição de padrão de ligação: cinquenta e oito reais (R\$ 58,00,) e entrega em endereço diferente: dois reais e setenta centavos (R\$ 2,70), dizendo não ser justo esse aumento. Informou que vários vereadores nesta Casa assim como ele fizeram várias indicações solicitando benefícios, inclusive distribuição de cesta básica para a população mais carente que está passando fome, onde tem recursos e nada foi feito por parte do Gestor, citando exemplos de famílias de Barra de Baixo, onde a secretária até visitou o local, ao tempo que parabenizou o grupo denominado como "dorme sujo", que fizeram arrecadação e levou geladeira, fogão e cestas básicas para essa família citada acima, agradecendo - os pela solidariedade. Informou que diante da situação da tarifa de água, foi feito um documento, o qual será encaminhado ao Ministério Público com a assinatura dos

vereadores que forem contra esse aumento abusivo, ao tempo que pediu o apoio dos mesmos e também do Prefeito para que reveja a situação, pois não podem aceitar esse aumento diante da pandemia que estamos enfrentando, com um grande número de desempregados. Fez uso da palavra o vereador **WALDOMIRO SOBRINHO MÓIA (VÁ DE LINDOLFO)** cumprimentando todos os presentes e ouvintes. Teceu comentários relacionados ao Projeto nº 168, o qual aprovaram em primeira votação na sessão anterior, referente ao abertura de crédito especial no valor de mais de mais de meio milhão de reais para a área da saúde, sugerindo que o Executivo juntamente com a Secretária de Saúde possa fazer um rateio e comprar uns carros para transportar o povo para fazer exames em outras cidades, visto que a população está sempre em busca dos vereadores para resolver essa questão, uma vez que o recurso será destinado para a saúde. Parabenizou os vereadores que antecederam sua fala, concordando com o colega Willian com relação a iluminação pública, onde sempre vem sendo cobrado, inclusive na presente data foi cobrado pela iluminação no Alto Aloysio Brandão. Falou sobre a reunião que participou anteriormente no SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) juntamente com o Presidente da Câmara e alguns vereadores, onde deveria ter discutido uma forma de conceder esse reajuste, pois esse Decreto pegou todos de surpresa com esse valor, visto que como foi falado pelo vereador Marciel, foi feita várias indicações ao Executivo solicitando projetos sociais para beneficiar as famílias carentes e nada foi feito até o momento, ressaltando que as pessoas não estão tendo condições de pagar a taxa existente imagina com esse aumento de trinta por cento. Deixou claro para a população que existe projetos que precisam passar pela Câmara de Vereadores para ser aprovados, porém, existe outros que o Prefeito tem autonomia para fazer Decreto, o qual não é passado pela Câmara, esperando que diante do documento feito pelos vereadores, o Executivo juntamente com o SAAE possa buscar outro caminho. Finalizou agradecendo. O vereador **MARCELO ANTÔNIO NOGUEIRA COSTA**, após deixar seus cumprimentos aos presentes e ouvintes através dos diversos meios de comunicação, esclareceu que em relação a iluminação pública, como é de conhecimento de todos os vereadores, foi aprovado um financiamento, onde o material está chegando e já deu início no decorrer da semana a iluminação em LED na nossa cidade, acreditando que de dois a três meses esta obra esteja concluída e possa estender para a zona rural que está bastante castigada, citando o exemplo do Distrito de Açude e toda região. Com relação ao aumento do SAAE, disse que como foi falado pelo vereador Marciel que existe um documento para os vereadores assinarem, deixou claro que assinaria, porém, primeiro seria preciso registrar uma denúncia contra o ex. gestor, pois o mesmo deixou uma dívida de quatrocentos mil reais (R\$ 400.000,00), onde o SAAE vinha muito bem e devido a essa dívida acabou com a saúde financeira da Autarquia, a qual foi esclarecido em reunião e é de conhecimento de todos, visto que foram dois anos sem pagar água dos órgãos públicos e é preciso assinar uma denúncia contra o ex. gestor por essa irresponsabilidade. Ressaltou que é preciso que faça uma reunião com os quinze vereadores e até mesmo com o SAAE para que isso não volte a acontecer, lembrando que esse acordo que o ex. gestor fez dos quatrocentos mil que ficou devendo foi no dia 28 de dezembro, penúltimo dia da administração, colocando a dívida para a próxima administração, onde no ano de 2012 o mesmo também deixou uma dívida, precisando que todos saibam quem foi o culpado de acabar com a saúde financeira daquela Autarquia. Em uso da palavra o vereador **ROSENILTON DEFENSOR ARAÚJO (NITO)** deu início a sua explanação deixando suas saudações aos presentes no plenário e ouvintes através dos meios de comunicação. Após, comentou sobre a iluminação pública, informando que só está aguardando a chegada do material, onde irá fazer toda a troca por lâmpadas de LED, as quais são mais bonitas e econômicas. Deixou seu pesar à família de Nem de Raul pelo seu

falecimento como também à família do Senhor Claudomiro, nosso eterno Papai Noel, homem de um coração gigante que perdeu a sua vida vítima da COVID – 19. Em relação ao SAAE, disse ser contra o aumento, ressaltando que a Autarquia deveria ter um aumento anual, pois não é justo ficar cinco anos sem aumento e colocar tudo em uma só vez, visto que como citou em reunião no SAAE, não é justo cortar a água de uma pessoa que não pode pagar uma conta no valor de vinte reais e ser obrigado a pagar uma taxa de religação de sessenta e oito reais mais os vinte, uma vez que com esse aumento as pessoas não vão poder nem fazer mais a sua feira para pagar sua conta de água. Fazendo uso da palavra o vereador **JURANDI COSTA SILVA** iniciou sua fala deixando seus cumprimentos aos presentes e ouvintes logo após, deixou sua solidariedade às famílias dos falecidos Nem de Raul e do Senhor Claudomiro, este que irá fazer muita falta aos macaubenses por todo bem que fez pelos mais carentes, informando que o corpo está sendo translado de São Paulo para Macaúbas onde será sepultado, pedindo a Deus que conforte o coração de todos os familiares. O mais deixou para o segundo expediente. Usou a palavra o vereador **ROBERTO OLIVEIRA SOUSA (ROBERTO DE ZÉ DE ENEDINA)** cumprimentando todos os presentes e ouvintes através das mídias sociais. Deixou sua satisfação com relação a iluminação pública informada pelo vereador Marcelo, uma cobrança feita por parte de todos os vereadores desta Casa, onde quem irá ganhar é a população Macaubense. Com relação ao Decreto do Executivo nº 273 de 16 de julho de 2021, o qual "Aprova os novos valores das taxas e tarifas do Serviço Autônomo de água e Esgoto de Macaúbas – Bahia e dá outras providências", disse ter sido o tema da semana, onde o povo está ligando para os vereadores pedindo informações se foi passado por esta Casa, uma vez que a maioria dos projetos são passados pela Câmara para aprovação e após sancionado pelo prefeito. Fez esclarecimentos relacionados aos decretos municipais, dizendo que fez pesquisas para tirar dúvidas e também para que a população tenha conhecimento, dizendo que um Decreto não passa por discussão e aprovação legislativa que simplesmente é elaborado e assinado pelo Prefeito conforme o caso, o qual tem força de Lei para dá imediata efetividade para um desejo político da administração. O significado jurídico de um Decreto se trata de ato administrativo de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo, seja da união, dos estados ou dos municípios, geralmente são utilizados para realizar nomeações ou determinar execução de dispositivos legais. A Constituição Federal assegura autonomia entre a União, Estados, distrito Federal e municípios, dando a estes liberdade para regulamentar determinadas leis através de Decreto e não se trata de atividades legislativas. Finalizou, agradecendo. Com a palavra o Presidente **ROBERTO CARLOS ROCHA (CARLINHOS DE ANTÉRIO)** que deu início à sua explanação deixando suas saudações mais uma vez a todos os presentes e ouvintes. Em seguida, fez explanação relacionadas a indicação de sua autoria apresentada na presente sessão solicitando o calçamento da Rua Antério Dias da Rocha em Canatiba, esclarecendo que fez várias indicações durante os quatro anos da gestão anterior e não foi ouvido, onde foi esclarecido para o gestor que se não fosse feito a obra a população não iria votar e foi o que aconteceu, pois fez o projeto e não fez a obra, então novamente entrou com uma indicação cobrando do Gestor atual e se o mesmo não fazer, na próxima eleição o povo não votará nele ou no grupo, uma vez que o mesmo disse que iria fazer a mudança então tá na hora., informando que continuará cobrando até que a obra seja feita. Sobre o aumento da taxa de água, esclareceu que houve uma reunião no SAAE com os vereadores, os quais alguns não estavam presentes, onde foi informado sobre as dívidas que o município deixou, lembrando que ficou claro que não seria o momento de aumentar essa taxa devido a pandemia, deixando claro para a população que o Decreto é do Executivo e não foi passado por essa Casa, pois se tivesse passado teria sido rejeitado pelos vereadores, porém, os

vereadores não tem poder de derrubar um Decreto. Usando a palavra o vereador **ROBERTO CLÉBER OLIVEIRA RÊGO (CLEBINHO)** iniciou o seu pronunciamento saudando todos os presentes e todos os ouvintes. Em seguida, falou sobre o Decreto do Executivo com o aumento de trinta por cento (30%) na tarifa de água, concordando com o colega Nito com relação as indicações feitas pelos vereadores solicitando que fosse cortada a taxa de religação no valor de sessenta e oito reais, complementando que quando uma pessoa não tem condições de pagar um valor de trinta reais na sua conta de água, esta é cortada e necessita pagar sessenta e oito para ligar, sendo um absurdo como também a taxa de manutenção no valor de dois reais e cinquenta centavos que foi solicitado pelos vereadores para que fosse retirada, porém, a resposta foi esse decreto com um aumento abusivo, onde a pessoa que pagava trinta reais passará a pagar trinta e oito, tirando mais um quilo de feijão e de arroz da mesa das famílias macaubenses. Parabenizou as pessoas que criaram o grupo para protestar em frente a prefeitura no dia seguinte contra esse aumento abusivo da tarifa de água, informando que se possível estaria presente, deixando claro que não depende da Câmara, mas irão lutar contra esse aumento. Prosseguindo com o pequeno expediente, chegou a vez da explanação do vereador **JOSÉ DOS ANJOS SANTOS (IÉ)** que iniciou cumprimentando os presentes. Após, falando sobre o Decreto, informou que no dia anterior o Brasil atingiu a marca de quinhentas e quarenta e seis mil e seiscentas e noventa (546.690) mortes pela COVID-19, doença que está assolando o Brasil e o mundo, consternando com a população de Macaúbas, onde muitas pessoas estão com sequelas graves sem poder trabalhar, milhões de pessoas desempregadas e passando necessidades, inclusive em Macaúbas, onde boa parte está sobrevivendo do bolsa família e outros não tem nem esse benefício, como também os idosos que esperam ter uma vida digna após se aposentarem e estão precisando sustentar seus filhos e netos que estão desempregados e no momento deparar com um aumento abusivo nas contas de água é um absurdo, deixando um apelo ao Prefeito, o qual conhece a necessidade do povo, para que revogue esse Decreto, uma vez que só o mesmo tem o poder de fazer isso, pois a Câmara não pode. Esclareceu que foi citado em reunião no SAAE, que faz cinco anos que não teve aumento na tarifa de água, ressaltando que se não houve aumento foi pelo motivo dos valores arrecadados ter sido o suficiente para cobrir as despesas e não é justo colocar quatro anos retroativos para a população pagar em tempos de pandemia, onde os salários da população estão congelados e outros sequer tem um salário. Fez uso da palavra o vereador **RICARDO LUCIANO FIGUEIREDO COSTA** deixando seus cumprimentos aos presentes e ouvintes através dos meios de comunicação. Após, reforçou o pedido do colega Ricardo Longa quanto a moção de pesar à família do Senhor Claudomiro, cidadão íntegro e caridoso que deixará muita saudade e muita falta, principalmente às pessoas mais carentes. Com relação a iluminação pública que vem sendo cobrada nesta Casa por todos os vereadores há alguns meses e ainda não foi feito, esclareceu que esse projeto que está se iniciando no valor de um milhão e quatrocentos e setenta e cinco mil reais (R\$ 1.475.000,00), foi aprovado por esta Casa na Gestão passada, onde infelizmente não deu tempo de iniciar esse projeto naquela gestão, mas graças a iniciativa da ex. gestão e desta Casa, está se iniciando no momento, um projeto de iluminação de LED para toda a cidade de Macaúbas e dos Distritos e conseqüentemente as sobras dos materiais aqui da cidade irá ser feito os povoados, sendo esse o planejamento inicial, precisando que tomem cuidado quanto a execução desse serviço, sobre quem está prestando serviço, qual empresa ganhou a licitação, os carros que estão envolvidos, quem está sendo beneficiado, a qualidade do material e como será feito o projeto para saber se não tem famílias favorecidas. Quanto ao aumento da tarifa do SAAE, disse que foi dito pelo vereador Marcelo que está se fazendo esse aumento devido uma dívida deixada pelo

gestor passado, lembrando que em 2017 quando esse Gestor assumiu, o mesmo herdou uma dívida no valor de mais de novecentos mil reais (R\$900.000,00), onde essa dívida foi negociada com o SAAE e vinha sendo paga, onde no final de sua gestão restou quatrocentos mil reais (R\$ 400.000,00), uma dívida que é do município e tem que ser assumida pelo gestor que entrou, salientando que mesmo tendo recebido essa dívida de novecentos mil, o ex. gestor não aumentou tarifa de água como fez o atual, ainda mais com um aumento de quase trinta por cento, afetando a população, principalmente os mais carentes. Na oportunidade, informou que no ano de 2019 o SAAE teve um superávit de novecentos mil reais (R\$900.000,00), ainda tendo contas para receber de usuários que não tiveram como pagar no valor de (R\$ 400.000,00), onde somando, deu mais de um milhão e trezentos mil reais de superávit em 2019. Diantedessas contas de quatrocentos mil que o SAAE tinha para receber, foi pelo motivo dos usuários não terem condições de pagar suas contas, imagine agora com um aumento de quase trinta por cento, o qual irá ultrapassar, pois muitos não terão condições de pagar esse aumento abusivo, deixando sua indignação com a forma que o gestor atual está tratando o povo de Macaúbas, referindo a ditadura. Para finalizar, informou que o documento citado pelo vereador Marciel está com o nome dos quinze vereadores, pedindo a população que fique atenta para ver quem são os vereadores que serão contra o voto que recebeu do povo, informando que já assinou e o documento está à disposição dos demais. Fazendo uso da palavra o vereador **VALMIR CONCEIÇÃO DOS SANTOS** iniciou sua fala deixando os seus cumprimentos aos presentes. Após, esclareceu que em relação ao SAAE, no seu mandato anterior lutou os quatro anos para que fosse derrubado o veto da taxa de manutenção no valor de dois reais e cinquenta centavos, onde somando o valor das tarifas mais essa taxa ultrapassa meio milhão de reais, sendo lamentável, uma vez que a população brasileira não tem condições de pagar tanto impostos como está pagando, principalmente em tempos de pandemia, visto que muitos prefeitos e governadores durante esse período fizeram algumas ações para ajudar a população principalmente os mais carentes, citando uma ação do governo do Estado que priorizou aquelas famílias que tem necessidade e disponibilizou um cartão no valor de cento e cinquenta reais e cinquenta e cinco reais mensal, enquanto o Prefeito de Macaúbas fez o contrário, aumentando a taxa de água em quase trinta por cento, deixando sua indignação e informando ser contra esse decreto, pois não deveria ficar cinco anos sem aumento e colocar de uma só vez, tinha que seguir a inflação como as outras coisas e afirmou que irá assinar o documento. Falou sobre o Projeto da troca de lâmpadas, o qual foi aprovado na gestão passada e iniciou a execução, citando povoados que estão necessitando, esperando que priorize o município e não famílias. Dando início ao **GRANDE EXPEDIENTE** o **Presidente** passou a palavra para o **Primeiro Secretário** para coordenar os trabalhos, onde o mesmo passou a palavra aos Senhores Vereadores pelo tempo Regimental de cinco minutos. Fez uso da palavra o vereador **WILLIAM SILVA SOUZA** que iniciou suas colocações saudando os presentes e ouvintes. Logo após, abordou sobre o decreto municipal que é o assunto da semana, afirmando ter ficado espantado ao ficar sabendo do mesmo, pois, estão em plena pandemia e um reajuste nesta proporção de quase 30% na taxa de água, não é justo com a população Macaubense, principalmente os mais carentes. Expôs aos nobres vereadores que o Partido dos Trabalhadores de Macaúbas é totalmente contra o aumento citado acima e a pedido, do deputado Waldenor Pereira, o qual sempre está do lado do Povo, se fosse passar por essa câmara, seu voto seria contra esse aumento, mas como é um decreto do poder executivo estão aqui para respeitar, porém, citou que o ato feito pode ser legal, mas, nesse momento, é totalmente imoral com a comunidade Macaubense, principalmente com os que mais precisam, pois conforme foi citado os que recebem bolsa família no valor equivalente a R\$ 150,00

(cento e cinquenta reais) ter que pagar uma conta de água no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), não é justo. Solicitou ao poder executivo, ausente, que olhe com carinho sobre esse decreto e reveja esse aumento, não sendo essa a hora oportuna, mencionando que vai haver uma hora que será necessário aumentar essas taxas, porém, não é o momento, visto que estamos numa pandemia, onde muitos perderam emprego e os comerciantes passando por dificuldades. Em tempo, solicitou mais uma vez ao executivo que reveja o decreto e que não é justo fazer isso com a população nesse momento. Na oportunidade, disse aos colegas vereadores que em relação a esse documento disponível, terá o maior prazer em assiná-lo, salientando que não vai ser contra o povo. Na sequência, o vereador identificado acima, abordou comentários sobre a lei do executivo de número 168/2021 que se trata de crédito especial no valor a mais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), solicitando do executivo que o mesmo seja empregado na recomposição dos adicionais dos profissionais atuantes na linha de frente na área da saúde, que ficaram quatro meses sem receber o da covid-19 e estão à espera. Pontuou ainda, que esse recurso realmente seja aplicado de modo a beneficiar os servidores conforme já falado anteriormente e também que atenda a necessidade do município com carros conforme citado pelo colega vereador Vá de Lindolfo, pois, a necessidade de carros novos no município é grande em decorrência da demanda do mesmo e com isso, propôs que com o referido recurso, talvez possa estar adquirindo um ou dois veículos novos para servir a população. Em tempo, solicitou a Secretária Municipal de Saúde junto ao poder executivo que reveja a situação dos Funcionários Públicos, observando como está o andamento do plano de carreira, que é uma cobrança dos funcionários que vem há anos lutando, perguntando se tem alguma decisão, o que está sendo feito, mencionou não nesse período de pandemia, porém, que o mesmo já esteja sendo negociado para o momento oportuno mais viável para o município, mas que não esqueça dos mesmo, pois, conforme falado em seções anteriores, são heróis que estão há mais de ano na pandemia, sofrendo e se for observar com salários baixíssimos. Afirmou ser a área da saúde desvalorizada não tão somente em Macaúbas, como também em outros municípios. Com isso, findou sua participação. Chegou o momento da explanação do vereador **MARCIEL COSTA SOUZA** que iniciou saudando os presentes e ouvintes que assistem a presente sessão. Logo em seguida, o referido legislador mencionou ter observado a fala dos colegas vereadores e discorda ao ponto de que a situação abordada não depende dos legisladores, sinalizando que não podem pegar na mão do prefeito e interromper a assinatura do decreto, mas, se os quinze vereadores desta Casa Legislativa se unirem, assinar um documento de protesto e protocola-lo no Ministério Público, não é possível que o prefeito vai ficar contra os quinze vereadores/contra o povo de Macaúbas, informando que se o prefeito ficar contra os quinze legisladores e contra o povo que irão fazer uma manifestação no dia seguinte, pois o mesmo não estará levando em conta o povo que o elegeu. Em tempo, mencionou ter a certeza de que esta Casa Legislativa terá o apoio dos quinze vereadores, pois, os mesmos foram eleitos pelo voto da população, onde cada um defende o seu lado político, porém, afirmou que a política já passou e sugeriu que olhem pra frente e observem o que vem de bom para o município. Na sequência, o mesmo sinalizou esperar que as coisas andem bem, mas, às vezes é contra algumas ações do Poder Executivo, citando exemplos, a praça Amélio Costa que está sendo quebrada para refazê-la, ,como também uma pracinha próxima da UPA, ressaltando que o momento em que estamos vivendo não é propício. Retornando ao tocante do reajuste da água, o mesmo opinou que é necessário haver, porém, no momento, da maneira que foi de quase 30%, propõe que essa Câmara de Vereadores faça uma análise e reveja. Mencionou ainda que as dívidas deixadas por gestores são sucessivas de gestor para gestor e a mesma é do município, ao tempo que indaga se o povo é obrigado a pagar. Sugeriu

que se o Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto – SAAE não estiver em condições, o entregue ao prefeito, pois o órgão citado é uma autarquia municipal, contudo, o mesmo afirmou que isso não ocorrerá. Afirmou ainda que citou ao colega Marcelo que a administração da Autarquia Municipal citada acima vinha muito bem, ao tempo que questiona o porquê desse aumento agora de quase 30%, e de não aumentar 3,71 % o qual corresponde a inflação dos últimos 12 meses. Pontuou que deve ter coerência com a situação apontada, ao tempo que citou que a autarquia municipal citada tem parceria com esta Casa Legislativa e que já foi solicitado a retirada da taxa de ligação e religação e que é necessário rever o exposto. Em tempo, solicitou mais uma vez, encarecidamente, que os quinze legisladores fiquem do lado do povo, pois a cobrança está exposta por todo o povo de Macaúbas independentemente a quem tenha votado, principalmente os mais pobres que não tem condições de pagar suas contas e nem de pagar uma feira, citando que o colega Vereador Ricardo é conhecedor de uma família que não tem luz e nem água encanada por falta de condições, vive de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, não podendo pagar água e nem luz. Enfatizou ainda, achar por bem, esta Câmara de Vereadores elaborar dois documentos, um ao Ministério Público e outro ao prefeito, para que reveja a situação que vive o município de Macaúbas, e quando chegar esse documento com aprovação do Povo de Macaúbas e o mesmo não revogar o decreto é porque o mesmo não tem coração, ao tempo que afirmou ter a certeza de que ao receber o documento mencionado o mesmo irá revogar o decreto, pois, o mesmo foi eleito pelo voto do Povo. Continuando com suas colocações mencionou a fala do colega Vereador Carlinhos sobre a Rua das Flores, informando que fez um pedido e já se encontra na sessão onerosa com dinheiro em conta: São Joaquim, São José, Lagoa do Maurício, Boa madeira, as ruas que estão calçando nas casinhas, ruas no Alto do Alexandrino, rua próximo ao Horto Florestal, esclarecendo que ligou para o secretário Roni para ver a situação dessas praças que foram aprovadas, das quais o dinheiro está na conta, dependendo da execução e a ordem serviço. Para findar sua participação, o mesmo voltou ao exposto acima e solicitou apoio dos quinze legisladores a estarem a favor e mencionou ser favorável ao reajuste de 3,71% que seria justo, e que a dívida será deixada de um gestor para outro, sendo a mesma do município e que não pode tirar do bolso do que não tem, para pagar dívida e enfatizou que os vereadores não podem aceitar. Pronunciou o vereador **JURANDIR COSTA SILVA** que iniciou saudando a todos e em seguida fez comentários sobre as indicações direcionadas ao poder executivo apresentadas pelo mesmo na corrente sessão, as quais se trata de urbanização da praça da comunidade de Covas dos Seixas que já se encontra há anos na terra, abandonada, onde já existe a pavimentação asfáltica no entorno da mesma, na qual existe igreja, quadra poliesportiva e o prédio escolar, dizendo ser notório essa necessidade da comunidade, conforme a mesma cobra, bem como, para o lazer dos jovens, das pessoas idosas que não dispõem de espaço e nem acessibilidade na praça, ao tempo que solicitou encarecidamente, que o gestor olhe com bons olhos e faça a pavimentação citada, que é uma obra muito importante à comunidade, onde há tanto comércio, supermercado, borracharias e a mesma está no abandono há anos. Relatou ainda que a parte pavimentada já existente, que foi um pedido do mencionado vereador ao ex. gestor no seu primeiro mandato, ao qual o mesmo agradece por ter feito aquela pavimentação tão importante àquela comunidade, assim como agora, solicitou que o atual gestor execute a obra citada acima. Seguindo com sua explanação, o referido vereador abordou que a outra indicação também apresentada, a qual se trata de uma estrada que liga Catolés I a Catolés II que está abandonada há muitos anos em decorrência de um córrego que corta a mesma e se encontra intransitável, ao tempo que solicitou do prefeito que tenha bons olhos e faça uma ponte ou manilhamento,

pois, no período chuvoso não passa ninguém, mencionando ainda, que a estrada especificada dá acesso ao colégio aos usuários de Catolés I a Catolés II e que se for observar, caso a obra sugerida seja executada, vai onerar muito os custos da prefeitura no transporte escolar, pois, os ônibus que vão fazer o transporte no percurso citado acima, tem que dar uma volta de no mínimo três quilômetros, assim sendo, caso execute o sugerido, irá melhorar muito, tanto para a comunidade como para os cofres públicos. Feito isso, o mesmo salientou que não poderia deixar de se manifestar a respeito do aumento da taxa do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto - SAAE, expôs achar que somente o Prefeito Municipal tem condições de revogar o decreto, ao tempo que solicitou, encarecidamente, que o mesmo assim o faça, pois, onde há erro existe conserto. Pontuou que talvez o mesmo não pensou bem, uma vez que é notório as dificuldades nessa época de pandemia, as famílias passando por dificuldades para pagar as contas de água, pessoas carentes pedindo ajuda, não é o momento e não é justo um acréscimo nessa proporção nas tarifas da autarquia citada acima, em tempo, solicitou mais uma vez ao prefeito e disse ter a certeza de que o mesmo vai olhar direitinho, rever esse decreto e o revogará, assim como os legisladores reprovaram o projeto das policlínicas, posteriormente chegaram ao bom senso e reverteram o feito votando a favor, pontuando ser importante reconhecer o erro. Pontuou que os quinze vereadores são contra, sendo que não passou por esta casa, foi uma ação do prefeito e mencionou achar que o mesmo irá revogar o projeto. Assim findou sua participação. Começou a explorar o vereador **ROBERTO CARLOS ROCHA (Carlinhos de Antério)** saudando todos os ouvintes da presente sessão e os presentes no Plenário. Na sequência, expôs comentários sobre o aumento da taxa na conta de água, concordando com a fala do colega Jurandir na qual afirmou que onde há erro há acerto, pedindo ao Poder Executivo que reveja a situação apontada, e derrube o decreto, pois estão em plena pandemia e não pode ficar dando aumento, uma vez que o povo está perdendo emprego, onde a grande maioria se encontra desempregada, assim sendo, não é hora. Solicitou que o mesmo reveja a situação apontada, pontuou ainda, que para tudo, há hora certa e esta Casa Legislativa está apta a ouvir a população e dá respostas. Com o intuito de esclarecer a população que os ouvem, o mesmo afirmou que a situação em tese não passou por esta Câmara de Vereadores e não irá passar, uma vez que se trata de um decreto do Prefeito Municipal. Após isso, o referido legislador mencionou o nome do colega Vereador Maciel e pontuou que o mesmo possui um terreno numa rua oriunda de cobranças no decorrer dos quatro anos da gestão anterior e não à fez, mencionou não adiantar estar pronto o projeto e o mesmo não ser executado, condicionou à isso, a resposta do povo e se o atual gestor não a fazer, o povo também lhe dará respostas. Enfatizou deixar a situação apontada às claras à população, pois, o mesmo já vem cobrando há quatro anos e continuará no decorrer dessa gestão. Mencionou ainda, que a situação relatada ocorreu devido a autonomia que os legisladores deram ao poder executivo através da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, sendo assim, os vereadores não devem repetir o mesmo erro para que os mesmos tenham voz ativa nesta Casa Legislativa caso se unem os quinze legisladores. Seguindo no mesmo contexto, o mesmo afirmou que se os vereadores tivessem feito na gestão anterior o mesmo que fará agora, talvez tivessem autonomia e a obra insinuada acima teria sido executada, conforme afirmação feita em reunião com os legisladores e projeto apresentado pelo mesmo contendo as Praças da comunidade de Umbuzeiro do Bonfim e Maria da Silva, porém, as mesmas não foram feitas e a promessa era de serem executadas com o recurso que foi votado dando 100% de autonomia ao executivo, ao tempo que propõe aos colegas vereadores que aprendem e votem na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme sessão anterior e que os legisladores só tem força quando se unem. Com isso, encerrou sua participação.

Explanou o vereador **ROBERTO CLEBER OLIVEIRA RÊGO (Clebinho)** saudando os presentes e os que acompanham a presente sessão pelo Facebook. Feito isso, o mesmo retorna ao assunto anteriormente pontuado, sobre o decreto do Legislativo, sinalizando que no ano de 2017 (dois mil e dezessete) ficou uma dívida de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) conforme citado pelo colega vereador Ricardo, a qual salientou que a citada dívida foi parcelada e paga para o Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto - SAAE e que no ano passado ficou a dívida de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) na qual houve um acordo entre a autarquia municipal citada e a Prefeitura Municipal de Macaúbas e foi resolvido. Em tempo, enfatizou que a população não pode pagar por isso, pois a dívida é do município e questiona o porquê cobrar isso da população agora, declarou mais uma vez seu repúdio. Na sequência, o mencionado vereador fez relatos da situação que se encontra a antena de telefonia acentuada no distrito de Lagoa Clara, mencionou que até a presente data a população está sem sinal telefônico, já sendo um período de cinco meses na situação apontada, ao tempo que disse fazer essa cobrança mais uma vez. Em continuidade a seu pronunciamento, o referido vereador mencionou fazer cobranças a Coelba quanto aos transformadores da mencionada comunidade, pois, no período das seis às oito horas da noite, não consegue ligar nem um liquidificador. Feito isso, o mesmo fez cobranças novamente sobre a construção de quebra-molas nessa cidade de Macaúbas, especificamente na rua Boquira e na Praça da Matriz, onde, mais uma vez, na corrente semana, teve outro acidente na rua Boquira. Pontuou cobrar do secretário, uma vez que é um simples quebra-molas e há seis meses não foi feito. Após as colocações acima, o referido expôs aos nobres colegas vereadores que vai haver o retorno das aulas presenciais. Em tempo, mencionou a necessidade de convocar a Secretária Municipal de Educação para que a mesma possa manifestar sobre a programação dá volta às aulas, esclarecer à população, aos professores, bem como a situação que se encontra os ônibus, como ficará o transporte da zona rural, ao tempo que sugeriu que a convocação citada seja feita para a próxima sessão. Ainda no contexto da educação, o citado vereador, abordou ser sabido por todos que vai entrar mais trinta e nove milhões de reais dos precatórios na conta da prefeitura, conforme já lançado e não se ver falar de pagamento dos mesmos aos professores, não sabe se realmente foi uma promessa de enganação em campanha ou se era verdade. Em parte, o vereador **ROBERTO OLIVEIRA SOUSA**, com relação ao Decreto aumentando as tarifas de água, falou sobre a questão da falta de água em muitas comunidades do Baixo inclusive em Três Outeiros, Santa Apolônia, Nova Esperança, Curral Novo, Riachão do Daniel, Russo onde a população está sofrendo e sempre está cobrando dos vereadores, devido a isso fez uma lista com o nome das famílias e encaminhou à Defesa Civil na pessoa de Germana, porém, foi informado pela mesma que esses locais que tem água encanada não são prioridades, visto que existe outras que não tem, deixando claro que não adianta ter encanação, não ter água e ainda receber aumento em suas contas para pagar. Finalizou agradecendo o colega pela parte. Continuando a sua fala o vereador **CLEBINHO** acrescentou à fala do colega Roberto com relação as encanações, esclareceu que quando são feitas encanações quem paga por isso é o contribuinte e não o SAAE, sendo uma situação vergonhosa e assim finda a sua fala. Começou a explicar o vereador **JOSÉ DOS ANJOS SANTOS (Ié)** dando sequência ao que havia pronunciado no pequeno expediente, citou que se passaram cinco a seis anos sem dar aumento na tarifa de água do município. Salientou que o município arrecadava o suficiente, mesmo tendo os atrasos conforme foi exposto pelo colega Vereador Marcelo, em tempo, afirmou que o ex-prefeito deixou R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dos quais foi negociado e está sendo pago pelo atual gestor. Mas, citou que irá lembrar ao colega de que o gestor que antecedeu o último gestor municipal (sem citar nome), deixou uma dívida

de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), gestão essa que o colega mencionado fazia parte. Feito isso, o referido vereador afirmou não ser justo a situação apontada e que o importante é a população do Município de Macaúbas, da qual, os vereadores receberam votos e tem que defender os direitos, pontuou ainda, que os legisladores são a voz do povo, ao tempo que solicitou que todos os colegas vereadores assinem o documento que está disponível para que os quinze legisladores defendam a população a qual eles representam. Seguindo no mesmo contexto, o referido vereador citou ser sabido que tudo sofreu reajuste, seria justo dentro do índice dos últimos 12 meses, porém não é o que está em tese, citou o colega vereador Maciel e afirmou que deixar um retroativo de cinco ou seis anos e aplicá-lo nesse momento, mencionou que pode até ser legal, porém, é imoral. Em tempo, fez apelo ao prefeito Municipal Aloísio, ausente, expôs que a população Macaubense não aguenta mais o desemprego, passando por necessidade e que o mesmo tenha bom senso e revogue esse decreto. Enfatizou que só o mencionado gestor pode fazer, ao tempo que solicitou que não permita chegar ao Ministério Público a situação abordada, pois, o documento mencionado, dá presente data até o dia seguinte, será encaminhado ao Ministério Público, porém, afirmou esperar que o gestor tenha bom senso e faça o solicitado antes. Falou ainda à população do Município, que muitas vezes, nesta Casa Legislativa, os vereadores são apontados como os responsáveis pelos aumentos abusivos ocorridos em gestões anteriores, porém, o Prefeito Municipal tem autonomia garantido na Constituição Federal de deliberar sobre o aumento de tarifas através de decretos, sem depender da Câmara de Vereadores. Assim sendo, o mesmo reafirmou que o aumento da tarifa não tem nada a ver com esta Casa Legislativa e que, o que os vereadores podem neste momento, é fazer o que já estão fazendo, que é apelo ao Poder Executivo para que haja a revogação do Decreto e/ou procurar o Ministério Público e representar a sociedade Macaubense. Na sequência, o mencionado legislador, declarou interesse em dizer ao povo desse município tem sorte, são Trabalhadores, na maioria Rural, muitos aposentados e se não assim fosse, a população dessa municipalidade estaria passando por uma necessidade muito pior, mas, graças aos idosos que trabalhou a vida inteira, hoje ainda tem que sustentar filhos e netos, onde para tanto, muitas vezes, deixa de comprar medicamentos como meio de sobrevivência. Mencionou ainda, que a situação apontada já era habitual, porém, com a pandemia as pessoas que trabalhavam indo de casa em casa vendendo suas mercadorias, não podem executar esses serviços. Na sequência, solicitou mais uma vez aos colegas vereadores que assine o documento mencionado e afirmou que investimento o município de Macaúbas está precisando sim, porém, foi feito muito investimento no decorrer dos últimos cinco anos dentro do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, inclusive reforma e ampliação da sede da unidade citada que segundo informações (sem especificar) foi aos custos de aproximadamente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Seguindo no mesmo contexto, abordou ainda que foi construído um sistema de abastecimento de água na comunidade de Contendas, na qual está sendo uma farsa, pois, foi gasto aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e não está sendo feito o tratamento na água, mencionou ainda que quando procurou resposta, obteve que foi feito errado. Salientou que o uso do montante especificado anteriormente é oriundo do bolso do cidadão Macaubense, foi mal utilizado e não atendeu a necessidade, abordou que o povo não pode pagar por isso e vai procurar o Ministério Público para que seja tomada posição. Citou que as caixas d'água da região mencionada precisam ser lavadas toda semana, uma vez que, vira uma borra preta e o órgão mencionado não toma providências para fazer o tratamento da água, voltou a mencionar que o montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) foi mal utilizado, como uma construção fantasma, sendo preciso ser revista. Voltou no tocante inicialmente falado

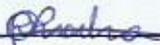
e afirmou não discordar de que seja apurada as dívidas deixadas para pagar, mas que a dívida anterior a que o prefeito deixou foi de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) aproximadamente, da qual o ex. gestor pagou e deixou 400.000,00 (quatrocentos mil reais) da qual o atual gestor está pagando. Para finalizar sua explanação, o mesmo apontou novamente que os legisladores devem defender os interesses dos cidadãos macaubenses e não os interesses do Poder Executivo e/ou Poder Legislativo. Fez uso da palavra o legislador **RICARDO LUCIANO FIGUEIREDO COSTA** que iniciou sua explanação saudando os presentes e ouvintes da corrente sessão. Feito isso, o mesmo retornou ao citado no pequeno expediente e concluiu sinalizando que a título de esclarecimento, onde foi dito que o ex. gestor deixou uma dívida de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) o mesmo abordou que realmente a dívida mencionada ficou, conforme já foi explicado anteriormente, porém, a mesma ficou negociada, inclusive com uma parcela paga. Pontuou ainda, que isso não é motivo para usar de argumentos como desculpas para um aumento de 30% na tarifa de água e deve ser usado de transparência com a verdade. Outro ponto abordado pelo referido legislador foi que se o intuito do reajuste já mencionado foi para investimento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE em melhoramento de rede, o mesmo afirmou que não deve ser realizado repassando aumento aos usuários, insinuou que se faz buscando recursos através de emendas parlamentar e/ou investimentos com recursos próprios do município. Salientou que como é do conhecimento de todos, atualmente o município tem caixa pra isso, ao tempo que indaga o porquê de não investir esse recurso no melhoramento, já que o município em um futuro próximo não vai mais gastar com iluminação pública, uma vez que, foi votado pelos vereadores nesta Casa Legislativa, na gestão anterior, um valor alto junto ao Banco do Brasil. Em tempo, reafirmou que o município dispõe de recursos financeiros para fazer investimentos e não faz se não quiser, bem como, enfatizou, que esse aumento, essa tarifa, são desculpas/balelas, afirmou ainda que há *superávit* publicado no site pra quem se interessar ver. Dando continuidade a suas colocações, o referido vereador pontuou que não poderia deixar de citar que na gestão anterior, mais ou menos em 2019, foi votado pelos legisladores um aumento de 15% aos servidores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, ao tempo que direcionou sua fala ao colega Vereador Marcelo, citou que foi questionado e o mesmo afirmou nesta Tribuna que votaria o aumento, porém, não condicionaria isso há nenhum aumento de tarifa. Em tempo, afirmou que irá manter sua palavra e que isso não é motivo para aumento de tarifa, sinalizou que os funcionários do órgão mencionado acima recebem muito bem, sua sede possui boa estrutura e que chegou o momento de olhar para os mais carentes, pra questão social do município que está abandonada, onde não se vê fazendo nada pelos mais carentes, o desemprego se encontra com índice altíssimo, pessoas passando necessidade até para comprar o que comer, sendo a água um bem comum a todos e não precisa ofertá-la com o preço tão caro. Enfatizou que é a isso que devem atentar, citou ainda ser esse um momento pandêmico e que é um absurdo uma tarifa tão alta. Após as colocações acima, o mencionado legislador falou sobre a situação dos precatórios. Expôs que mais uma vez irá lembrar a mentira do gestor Municipal em campanha, quando propagou que assim que entrasse, só seria o tempo de tramitar papéis e já se foram praticamente sete meses, salientou não saber de onde os papéis estão vindo, mas, o recurso está em conta. Mencionou ainda, que é sabido por todos que não podia executar o pagamento do recurso mencionado, atualmente estão falando (sem citar nome) e aceitando a verdade que o processo está na justiça. Afirmou que não mentiram e que, quem mentiu, foi quem afirmou que pagaria, para adquirir voto. Seguindo no mesmo teor, o mesmo abordou ter entrado mais R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) do precatório, do qual nos próximos dias deve estar entrando na conta e isso tem que ser visto. Pontuou que vão

cobrar as promessas que foram feitas em campanha, para que ele cumpra o prometido conforme foi propagado o poder de execução da citada ação. Afirmou esperar ver o pagamento o quanto antes, pois, os professores não merecem o que estão passando, disse ser uma vergonha, citou que no passado o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia - Delegacia Macaúbas – APLB, qualquer movimento, sinalizou que até um atraso de três a quatro dias estavam fazendo movimentos na porta da prefeitura para executar o pagamento, afirmou ainda que o diretório atual do citado sindicato colocaram a “boca no saco”, porque todos estão comissionados e/ou fazendo parte da gestão, porém os professores estão pagando caro por isso. Em tempo, sugeriu que escolhem outra diretoria, que os mesmos vão pra rua como fazia no passado, que terão os direitos resguardados e atendidos, afirmou ser preciso ver agora, movimento como se fazia e propôs que a classe juntamente com o povo, acordem, pois Macaúbas está às traças e não podem admitir. Para findar sua participação, salientou que o documento foi passado para os legisladores, ao tempo que solicitou que o presidente da mesa dos trabalhos faça a leitura do documento referido, do qual está disponível a todos os legisladores para assiná-lo. Começou a explicar o vereador **VALMIR CONCEIÇÃO DOS SANTOS** saudando a todos e na sequência informou a população de Macaúbas que o mesmo acabou de assinar o documento contra o aumento da taxa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE. Feito isso, o mesmo afirmou que hoje será votado o projeto de Lei de número 168/2021, no qual autoriza abertura de crédito ao poder executivo, num montante de R\$ 584.905,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil e novecentos e cinco reais), ao tempo que solicitou que com esse recurso, a Secretaria Municipal de Saúde olhe com carinho e pague a contribuição dos profissionais atuantes na linha de frente no combate à covid-19. Na sequência, o referido vereador mencionou ser sabido por todos que a pandemia do novo corona vírus prejudicou a população brasileira, conseqüentemente baiana e Macaubense, mas, por outro lado, os gestores públicos arrecadaram e juntaram recursos. Pontuou ainda que na área da saúde, alguns procedimentos foram proibidos de serem executados, porém, na corrente semana, assistindo o jornal da Bahia, visualizou que a Secretaria Estadual de Saúde já está autorizando a execução das cirurgias eletivas. Em tempo, afirmou que no município de Macaúbas há muitas pessoas necessitando de fazer as cirurgias aos moldes mencionados. Após as colocações acima, o referido legislador salientou que o município de Macaúbas dispõe de recursos na área da saúde, pois, o governo federal e o governo estadual estão fazendo suas partes, ao tempo que mencionou esperar que o gestor municipal faça o que lhe compete, coloque a saúde para funcionar e melhore as condições da Saúde Pública dessa municipalidade. Seguindo no mesmo contexto, o mesmo informou que só o repasse do fundo Municipal de Saúde de janeiro até a presente data, o município já recebeu 9.724.975,00 (nove milhões, setecentos e vinte e quatro mil e novecentos e setenta e cinco reais), sinalizou ainda, ser muito dinheiro para olhar e ver a situação que se encontra a saúde do município. Fazendo referências as cirurgias eletivas, pontuou que não estavam sendo feitas dizendo que era em decorrência da pandemia, porém, agora, o Ministério da Saúde e a própria Secretaria Estadual de Saúde está liberando para que as façam e não tão somente as cirurgias, voltam também, realizar outros procedimentos que foram impedidos, citando os exemplos de saúde bucal, preventivo e outras procedimentos. Complementou, afirmando que o município de Macaúbas tem recursos financeiros conforme citado acima, assim como, há obrigatoriedade do próprio município repassar para o fundo da Saúde de 15 a 22%. Feito isso, o mencionado legislador expôs que no ano anterior, os vereadores votaram num projeto de mais de um milhão e meio de reais para reforçar a iluminação pública do município de Macaúbas, ao tempo que disse esperar que não fique apenas na cidade, que o mencionado projeto seja estendido também para zona

rural, povoados e distritos, principalmente aqueles distritos e comunidades que já tem, citando como exemplo, a comunidade de Caraíbas que está no escuro sem nenhuma luz acesa, a comunidade de Almoço, Açude, Enchú, Várzea Verde e outras regiões que estão necessitando e o povo cobrando. Afirmou esperar que o Secretário Municipal faça um trabalho diferente dos demais secretários que passou pelo Município de Macaúbas. Com isso, encerrou sua participação. O Vereador **JOSÉ DOS ANJOS (IÉ)** usando questão de ordem falou sobre o Projeto de Lei nº 132 de sua autoria, denominando a passagem de pedestre de Contendas com o nome da Senhora Neinha de Abel em homenagem à família da mesma que são pessoas de bem, pedindo o apoio de todos os edis na aprovação do projeto, que seria colocado em votação posteriormente. O Vereador **MARCELO NOGUEIRA** em questão de ordem, solicitou da Mesa que fosse feita a leitura do documento feito pelos vereadores da oposição, o qual será encaminhado ao Ministério Público, para que todos os vereadores e a população tenha conhecimento. Prosseguindo, o **Presidente** autorizou a Secretária fazer a leitura do documento, o qual após a leitura foi assinado por todos os vereadores desta Casa Legislativa. Iniciando a **ORDEM DO DIA** o **Presidente** colocou em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 132/2021 DE 29 DE JUNHO DE 2021. O Presidente passou para a Secretária fazer a leitura do Parecer e em seguida foi colocado em votação: PARECER Nº 18/2021 SOBRE O PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 132/2021 DE 29/06/2021, da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, apresentado por 02 (dois) votos favoráveis, devido o afastamento do Relator José dos Anjos Santos, pelo motivo do projeto ser de sua autoria optando por sua aprovação; Continuando, foi colocado em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 132/2021 DE 29 DE JUNHO DE 2021. "Dispõe sobre a denominação de bem público, a passagem de pedestre no Povoado de Contendas no Município de Macaúbas e dá outras providências". o Vereador **JOSÉ DOS ANJOS (IÉ)**, deixou seu voto a favor e pediu mais uma vez o apoio dos edis. O Vereador **JURANDI COSTA SILVA** parabenizou o vereador Ié pela iniciativa do Projeto e deixou seu voto a favor. O Parecer e o Projeto foram aprovados por unanimidade dos presentes em primeira votação. Sequentemente, o **Presidente** colocou em segunda discussão e votação: PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 168/2021 DE 12 DE MAIO DE 2021 "Autoriza a abertura de crédito especial por excesso de arrecadação", ao tempo que informou que referido projeto concederá ao Executivo um valor de mais de quinhentos mil reais para ser aplicado em ações emergenciais decorrentes da COVID-19, solicitando da Secretária que dê prioridade a aquisição de carros para a saúde, visto que os carros em uso estão sucateados. O Vereador **JOSÉ DOS ANJOS (IÉ)** deixou seu voto a favor, porém, solicitou que esse recurso seja para pagar os funcionários que atuam na linha de frente que estão com suas gratificações atrasadas, os quais dão suas vidas para salvar vidas e merecem reconhecimento. O Vereador **RICARDO COSTA** esclareceu ao Vereador Vá de Lindolfo, o qual solicitou que comprasse veículos para a saúde com esse recurso, que esse recurso não poderá ser usado para esse fim, uma vez que o mesmo foi direcionado para o combate a COVID, porém, acredita que a Secretaria de Saúde tenha outros meios para isso, ao tempo que pediu que seja pago a gratificação dos profissionais de saúde com esse recurso e deixou seu voto a favor. O Vereador **WILLIAN SILVA** deixou seu voto favorável ao Projeto, solicitando que esse recurso seja realmente aplicado no combate ao COVID, não deixando também de pagar o que é de direito dos funcionários que esteve na linha de frente e ficaram quatro meses sem receber a gratificação, pedindo que seja pago o retroativo. O vereador **MARCIEL COSTA** explanou que esta Casa irá aprovar tudo que for em benefício do povo, ao tempo que solicitou que seja pago o retroativo das gratificações dos funcionários da saúde que atuam na linha de frente, uma vez que os

mesmos enfrentaram o pior momento da pandemia, deixando de ter contato até com suas famílias. Sobre os carros, disse que realmente estão tendo esse problema, pois as vezes os vereadores solicitam e percebem que existe boa vontade, porém, não tem carros, pedindo que use uma parte do recurso para comprar veículos, uma vez que são os pacientes de covid que mais necessitam de transferência e realização de exames em outros municípios e votou a favor. O Vereador **WALDOMIRO (VÁ DE LINDOLFO)** parabenizou os colegas que antecederam sua fala concordando com os mesmos, dizendo que os vereadores estão aprovando o projeto e solicitando que a Secretária analise para ver as maiores necessidades da saúde para aplicar o recurso., reconhecendo também o trabalho dos profissionais da saúde e deixou seu voto a favor. O vereador **ROBERTO CLÉBER (CLEBINHO)** concordou com as falas dos colegas que o antecedeu, pedindo que o recurso seja pago da forma correta, pagando as gratificações dos profissionais de saúde que atuam na linha de frente e também às pessoas que trabalham no cemitério e votou a favor. O **Presidente Carlinhos** concordou com a fala do vereador Marciel com relação a compra de veículos, visto que a maioria das pessoas que necessitam dos carros são os pacientes da COVID, acreditando que pode tá fazendo essa compra de veículos. O Projeto foi aprovado por unanimidade dos presentes e segue a sua transcrição: **PROJETO DE LEI Nº 168/2021 DE 12 DE MAIO DE 2021. "Autoriza a abertura de crédito especial por excesso de arrecadação. O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAÚBAS**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 83 inciso III da Lei Orgânica do Município;Faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: **Art. 1º**- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 584.905,00 (Quinhentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinco reais) para fazer face as ações emergenciais decorrentes da Covid – 19 na forma das classificações a seguir indicadas:PODER: 02 – PODER EXECUTIVO -ÓRGÃO: 04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDEUNIDADE: 02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10.302.033.2281 – Enfretamento da Emergência de Saúde Pública – Covid-19 – Elemento: 33.90.30.00, Fonte: 14, Valor: 110.000,00; Elemento: 31.90.11.00, Fonte: 14, Valor: 150.000,00; Elemento: 31.90.04.00, fonte: 14, valor: 150.000,00; Elemento: 33.90.39.00, fonte: 14, Valor: 150.000,00; Elemento: 44.90.52.00, fonte: 14, Valor: 24.905,00; Total 584.905,00. **Art. 2º** - O Crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação, fonte -14 (Portarias GM/MS nº s 3664, de 21/12/20; 3874/20de 30/12/20; 361/21 de 01/03/2021 e 650/21 de 08/042021), conforme disposto no art. 43, § 1º, II, da Lei nº 4.320/64 e a descrição da receita abaixo:Código da Receita: 1.7.1.8.03.91.00.00.01; Descrição da Receita:Transferência de Recursos do SUS – COVID - 19; FTE: 14; Valor (R\$)584.905,00; TOTAL 584.905,00. **Art. 3º** - A vigência desta Lei será o exercício financeiro de 2021, em conformidade com o estabelecido no art. 167, § 2º, da Constituição Federal. **Art. 4º** - Ficam alterados e atualizados os Anexos do Plano Plurianual 2018/2021, da Lei de Diretrizes Orçamentarias para exercício de 2021, em decorrência do Crédito Adicional Especial autorizado nesta Lei. **Art. 5º** - O Crédito Especial autorizado nesta Lei será Consignado á Estrutura de Custos da Prefeitura Municipal de Macaúbas e incorporado ao Quadro de Detalhamento da Despesa. **Art. 6º** - Fica o Poder Executivo havendo necessidade, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.302/64, autorizado a fazer suplementação nas ações descritas no art. 1º, obedecendo aos limites estabelecidos no art. 8º da Lei Orçamentaria Anual nº 771 de 30 de dezembro de 2020. **Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de Macaúbas, Gabinete do Prefeito, em 12 de maio de 2021. **ALOÍSIO MIGUEL REBONATO - Prefeito Municipal**. O Vereador em questão de ordem o **MARCIEL COSTA SOUZA** agradeceu

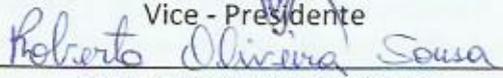
todos os vereadores desta Casa Legislativa por ter apoiado o povo de Macaúbas e assinado o documento contra o aumento da tarifa de água, o qual foi assinado por todos os edis, parabenizando a Casa pela iniciativa e por estar trabalhando democraticamente, acreditando que com essa força o Prefeito irá derrubar esse Decreto, o qual não é justo. Voltando a palavra ao **Presidente Roberto Carlos Rocha (Carlinhos de Antério)**, o mesmo agradeceu a todos a presença e a participação de todos, convidando a todos para a próxima sessão que será realizada no dia 29 de julho de 2021 e declarou encerrada a presente sessão. Nada mais a constar, eu, Edileide Oliveira Rêgo, Secretária, autorizada pelo Presidente, lavrei e digitei a presente ata, que após lida e não havendo retificações será devidamente aprovada e assinada. Macaúbas, 22 de Julho de 2021.-----


ROBERTO CARLOS ROCHA
Presidente

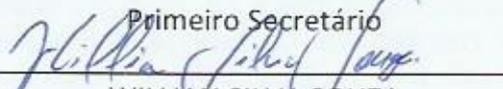

JURANDI DE SOUSA AMARAL
Vereador

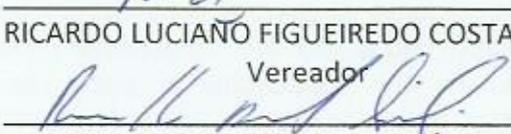
ROBERTO CLÉBER OLIVEIRA REGO
Vice - Presidente

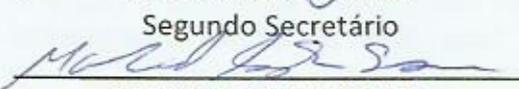

MARCELO ANTÔNIO NOGUEIRA COSTA
Vereador

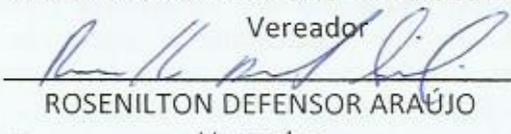

ROBERTO OLIVEIRA SOUSA
Primeiro Secretário

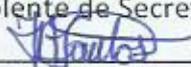

RICARDO AZEVEDO LONGA
Vereador

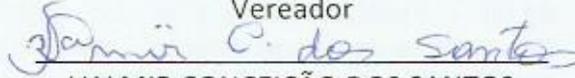

WILLIAN SILVA SOUZA
Segundo Secretário

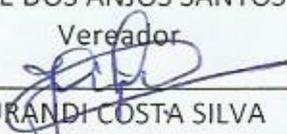

RICARDO LUCIANO FIGUEIREDO COSTA
Vereador

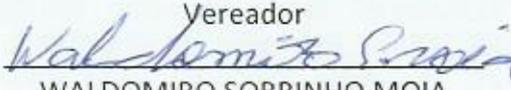

MARCIEL COSTA SOUZA
Suplente de Secretário

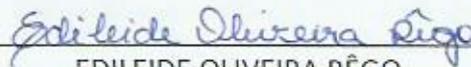

ROSENILTON DEFENSOR ARAÚJO
Vereador


JOSÉ DOS ANJOS SANTOS
Vereador


VALMIR CONCEIÇÃO DOS SANTOS
Vereador


JURANDI COSTA SILVA
Vereador


WALDOMIRO SOBRINHO MOIA
Vereador


EDILEIDE OLIVEIRA RÊGO
Secretária